

Sinch BR S.A. CNPJ/MF nº 01.126.946/0001-61											
Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais – R\$)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.769	51.817	85.253	95.553	Fornecedores	15	84.393	90.580	84.670	154.696
Contas a receber de clientes	7	113.095	36.176	113.095	110.229	Salários e encargos sociais	16	26.594	1.242	26.594	11.037
Tributos a recuperar	8	26.417	9.567	26.806	34.133	Tributos a recolher	17	4.133	13.222	4.133	16.964
Despesas antecipadas	9	2.683	1.579	2.683	75.731	Provisão para riscos	12	1.601	1.055	1.601	1.359
Partes relacionadas	24	232.621	117.817	233.425	101.967	Dividendos a pagar	20	27.293	-	27.293	-
Outros Ativos		579	365	579	1.241	Partes relacionadas	24	10.244	14.241	10.169	1.031
		<b>458.164</b>	<b>217.289</b>	<b>461.841</b>	<b>418.551</b>	Outros passivos		6.105	1.345	6.106	4.481
								<b>160.362</b>	<b>121.685</b>	<b>160.565</b>	<b>189.568</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>Não Circulante</b>					
Partes relacionadas	24	-	40.757	-	-	Partes relacionadas	24	255.000	255.000	255.000	255.000
Depósitos e cauções		5.332	1.138	5.809	3.537	Passivos de arrendamento	12	1.480	1.011	1.480	2.915
Despesas antecipadas	9	203	-	203	-	Provisão para riscos	18	3.054	-	3.054	2.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	96.219	111.664	96.219	132.811	Outros passivos		1.870	256.011	1.870	3.006
Investimentos	11	4.391	355.311	440	239	Total do Passivo Patrimônio líquido	20	261.404	377.696	261.404	263.191
Ativos de direito de uso e arrendamento	12	2.371	1.582	2.371	3.490	Capital social		131.803	131.803	131.803	131.803
Intangível	13	226.521	123	226.521	240.235	Reserva legal		11.868	8.995	11.868	8.995
Imobilizado	14	13.647	4.717	13.647	8.510	Reserva de lucros		241.411	214.119	241.411	214.119
		348.684	515.324	345.210	389.125	Total do Patrimônio Líquido		385.082	354.917	385.082	354.917
<b>Total do Ativo</b>		<b>806.848</b>	<b>732.613</b>	<b>807.051</b>	<b>807.676</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>806.848</b>	<b>732.613</b>	<b>807.051</b>	<b>807.676</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais – R\$)									
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Dividendos Adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido		
							31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Integralização de capital	20a	99.750	-	-	-	-	99.750	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	51.674	51.674	-	-
Constituição de reserva legal		-	2.584	-	-	(2.584)	-	-	-
Alocação para reserva de lucros		-	-	49.090	-	(49.090)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		131.803	8.995	214.119	-	-	354.917	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.458	57.458	-	-
Constituição de reserva legal	20b	-	2.873	-	-	(2.873)	-	-	-
Alocação para reserva de lucros		-	-	54.585	-	(54.585)	-	-	-
Dividendos a pagar	20c	-	-	(27.293)	-	-	(27.293)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	74.850	74.850	-	74.850	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		131.803	11.868	166.561	-	-	385.082	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais – R\$)									
Fluxos de caixa das atividades operacionais incluindo operações descontinuadas	Nota	Controladora		Consolidado					
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021				
Lucro Líquido do exercício		57.458	51.674	57.458	51.674				
Ajustes de:									
Depreciação e amortização	12,13,14	18.304	19.812	19.052	21.966				
Resultado da equivalência patrimonial	11	15.487	8.018	(201)	(71)				
Varição cambial líquida não realizada	23	(358)	(16)	424	(213)				
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	19	54.233	(1.745)	36.592	(1.378)				
Constituição (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7,22b	717	140	1.774	(1.152)				
Constituição (Reversão) de provisões para riscos	19	284	(337)	784	(222)				
Apropriação ao resultado de pré-pagamento de contrato de SMS	9	36.600	-	71.991	-				
Juros não realizados	12,23	94	110	464	949				
Valor residual de ativos baixados	13,14	77	5	77	2.975				
Ajuste por remensuração	12	-	24	-	437				
Outros		-	24	-	-				
		182.896	77.709	188.415	74.795				
Variáveis em ativos e passivos operacionais:									
Contas a receber de clientes		(23.533)	20.239	(13.037)	(1.308)				
Tributos a recuperar/recolher		(1.612)	22.988	(5.233)	15.084				
Despesas antecipadas		612	7.056	855	(41.325)				
Outros ativos		(1.433)	(652)	(1.610)	(2.893)				
Fornecedores		(39.647)	23.845	(69.708)	29.654				
Salários e encargos sociais		7.847	(883)	15.557	(6.786)				
Transações com partes relacionadas		(116.709)	(71.954)	(122.744)	(54.289)				
Outros passivos		2.192	1.215	487	282				
Caixa gerado (aplicado) pelas operações		14.613	80.113	(7.018)	13.385				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(7.606)	-	(7.606)				
Juros pagos ou recebidos		7.771	(17.230)	7.808	17.435				
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		22.384	55.277	790	23.213				
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>									
Pagamento pela aquisição de investida – Sinch Brasil S.A.	26	-	(380.005)	-	(380.005)				
Adição de caixa na incorporação da investida Sinch Brasil S.A.	26	15.597	-	-	37.716				
Aquisições de imobilizado	14	(4.373)	(3.963)	(7.863)	(5.232)				
Aquisições de intangível	23	(704)	(135)	(1.185)	(135)				
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	14	-	1.058	-	-				
Empréstimos concedidos para partes relacionadas	24	-	(41.815)	-	-				
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		10.520	(424.860)	(9.048)	(347.656)				
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>									
Aporte de capital	20	-	99.750	-	99.750				
Pagamentos de arrendamentos	12	(1.952)	(1.093)	(2.042)	(2.497)				
Empréstimos tomados de partes relacionadas	24	-	255.000	-	255.000				
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>		(1.952)	353.657	(2.042)	352.253				
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		30.952	(15.926)	(10.300)	27.810				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		51.817	67.743	95.553	67.743				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	82.769	51.817	85.253	95.553				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		30.952	(15.926)	(10.300)	27.810				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 (Em Milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional** – A Sinch BR S.A. (a “Companhia”) e sua controlada (conjuntamente, “o Grupo”) atuam no ramo de conteúdo móvel e mensageria, sendo o desenvolvimento e venda de “Short Message Service (SMS)” e plataformas de inovação e desenvolvimento de aplicativos e mensagens de conversação. A receita da Companhia é formada pelo total de volume de mensagens transacionadas. O controlador da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é a Sinch Latin America Holding AB, uma empresa com sede na Suécia. O controlador indireto da Companhia é a empresa Sinch AB (publ), companhia aberta, com sede na cidade de Estocolmo, Suécia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 10º andar, São Paulo, Estado de São Paulo. Em fevereiro de 2021, foi aprovado pelo CADE o acordo de compra da totalidade das ações da Mobile Internet Movel S.A. que antes eram detidas pela Mobile Commerce Holdings S.L. Com isso, a partir de 1º de fevereiro de 2021 a empresa Mobile Internet Movel S.A. alterou sua razão social para Sinch Brasil S.A. Partindo a Demonstração Financeira e Notas Explicativas do Consolidado estão sendo apresentadas considerando a posição da Sinch Brasil a partir de 1º de fevereiro de 2021. Em 01 de maio de 2022, a Companhia incorporou a sua investida Sinch Brasil S.A. e lhe sucedeu em todos seus direitos e obrigações, conforme previsto na Lei das S.A. nº 6.404. Com esta incorporação, a Companhia alterou a sua denominação social para Sinch BR S.A. Ver divulgações adicionais sobre esta incorporação na nota explicativa 26. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota nº 5. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (i) Combinações de negócios: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. (ii) Controlada: O Grupo controla uma entidade quando está

exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (iii) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência: Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Transações em moedas estrangeiras:** (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por saldos em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e Certificados de Depósito Bancário – CDB, valorizados de acordo com as taxas pactuadas, não diferem significativamente dos valores de mercado, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. As operações registradas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e vencimento em até 90 dias da data de encerramento das demonstrações financeiras. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter reversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo; todos eles são mensurados ao custo amortizado. (i) Ativos e passivos financeiros não derivativos





... continuação

Sinch BR S.A.

os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.13. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou contratuais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança. São atualizadas nas datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. 2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado à alíquota vigente de 34%. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 2.15. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços ou pela venda de bens no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. (i) Receita de serviços: Segundo CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes", o grupo baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 – "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 – "Receitas" e correspondentes interpretações. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. O Grupo atua no segmento de prestação de serviços em interatividade baseados em mensagens de texto e soluções em plataformas de comunicação. Esses serviços são prestados com base no volume de utilização dos usuários, quantidade de venda dos serviços e medições de utilizações, tendo em sua grande maioria base em contrato de preço fixo. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (ii) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.16. Normas novas e alteradas em vigor no exercício: ICP 22 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada. CPC 06 – "Arrendamentos" – A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração do CPC 06 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para o Grupo. 2.17. Normas novas que ainda não estão em vigor: Listamos a seguir as normas novas que ainda não estão em vigor. Vale ressaltar que com base em análise preliminar efetuada pela Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos sobre as demonstrações financeiras do Grupo quando da adoção destas novas normas. CPC 26 (R1) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – As alterações do CPC 26 (R1) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos obrigações existentes na data do balanço. CPC 26 (R1) – Declaração da Prática 2 do CPC – Exercendo Julgamentos de Materialidade – Divulgação de Políticas Contábeis – As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 em relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio não CPC 26 (R1) também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes por si só. CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de Estimativas Contábeis – A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Grupo manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. CPC 32 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação – As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando o CPC 06 na data de início do arrendamento. Após as alterações de CPC 32, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos no CPC 32. O CFC acrescenta ainda um exemplo ilustrativo não CPC 32 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas na ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece: • Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: • Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento • Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo • O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. 2.18. Arrendamentos: Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • Pagamentos de multas

por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo utiliza taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados a arrendamentos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Incertezas sobre premissas e estimativas: As incertezas sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 relacionam-se aos seguintes assuntos: • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Teste de redução ao valor recuperável de ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Aquisição de controlada: valor justo dos ativos intangíveis identificáveis. 4. Gestão de Risco Financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. (a) Risco de Mercado: (i) Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Uma vez que o Grupo possui ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme mencionado a seguir, seus resultados podem ser afetados pela variação da taxa de câmbio. O Grupo não possui instrumento financeiro derivativo para se proteger da variação cambial. Os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos em dólar a uma taxa de R\$5,218 são resumidos como a seguir:

Table with 4 columns: Em milhares de reais, Em milhares de dólares americanos, 2022, 2021. Rows: Ativos, Clientes, Partes relacionadas a receber, Passivos, Fornecedores, Partes Relacionadas a pagar, Exposição cambial passiva líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 Fornecedores 84.393 Passivos de Arrendamento 1.785 Partes relacionadas 10.244 Outros Passivos 6.105 Em 31 de dezembro de 2022 Fornecedores 84.670 Passivos de Arrendamento 1.785 Partes relacionadas 10.169 Outros Passivos 6.106 6. Instrumentos Financeiros Ativos a custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) 82.769 51.817 85.253 95.553 Contas a receber de clientes (Nota 7) 113.095 36.176 113.095 110.229 Depósitos e caucões 5.332 1.138 5.809 3.537 Partes relacionadas (Nota 24) 232.621 158.574 233.425 101.967 433.817 247.705 437.582 311.286 Passivo a custo amortizado: Fornecedores (Nota 15) 84.393 90.580 84.670 154.696 Partes relacionadas (Nota 24) 265.244 269.241 265.169 256.031 349.637 359.821 349.839 410.727 6. Caixa e Equivalentes de Caixa Recursos em banco e em caixa (i) 12.967 849 12.967 41.238 Aplicações de Curto Prazo (ii) 69.802 50.968 72.286 54.315 82.769 51.817 85.253 95.553 (i) Estão representados os saldos em caixa e bancos, conta movimento, mantidos em instituições financeiras aprovadas pela administração da Companhia. (ii) Estão representados os saldos de aplicações financeiras e Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, com taxas entre 100% e 104% do CDI. Essas aplicações possuem datas diversas de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sendo preservada a remuneração original contratada pela Companhia com base "pro rata temporis", não apresentando variação significativa em relação ao seu valor de mercado. 7. Contas a Receber de Clientes Clientes faturados 55.151 7.715 55.151 61.897 Clientes a faturar 68.371 28.621 68.371 56.985 Sub-total 123.522 36.336 123.522 118.882 (i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (10.427) (160) (10.427) (8.653) 113.095 36.176 113.095 110.229 A análise de vencimentos consolidados do contas a receber está apresentada abaixo: A vencer 102.858 34.153 102.858 100.295 Até 30 dias 6.319 1.494 6.319 7.122 De 31 a 60 dias 2.579 508 2.579 721 De 61 a 90 dias 1.396 24 1.396 1.179 De 91 a 180 dias 708 8 708 582 Acima de 180 dias 9.663 149 9.663 7.874 123.522 36.336 123.522 118.882 A perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração, levando em conta os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. A maior parte destes valores é referente a grandes clientes, sem histórico de atrasos, sendo o risco de crédito limitado aos saldos contábeis. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes: Em 1º de janeiro (160) (20) (8.653) (20) (Constituição) reversão de provisão (717) (140) (1.774) 1.152 Incorporação da Sinch Brasil S.A. (26) (9.550) - - (9.785) Saldo Final (10.427) (160) (10.427) (8.653)

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: 8. Tributos a Recuperar, Imposto de Renda – IRRF e IRPJ a compensar, Contribuição Social – CSLL a compensar, Programa de Integração Social – PIS, Contrib. Finan. da Seguridade Social – COFINS, Impostos a compensar no exterior, Outros.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: 9. Despesas Antecipadas, Contrato SMS (i), Licença de software, Benefícios a empregados, Adiantamento de férias, Outras despesas, Circulante, Não circulante.

(i) O saldo consolidado em 2021 refere-se, principalmente, a contratos de compra antecipada de pacotes de SMS's corporativos com uma operadora de telefonia celular. Com base nos contratos e aditivos contratuais, os pacotes de SMS foram utilizados até dezembro de 2022. 10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – A. Os valores para compensação futura são os seguintes:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Ativo de imposto diferido, Passivo de imposto diferido, Imposto de renda diferido ativo líquido.

B. A composição dos saldos do ativo e passivo diferidos está demonstrada abaixo:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Prejuízo fiscal, Base de cálculo negativa de contribuição social, Tributos exigibilidade suspensa, Adições temporárias, Provisão devedores duvidosos, Provisões para riscos, Provisões diversas, Total da composição do ativo diferido líquido, Ágio Yavox, Amortização Ágio Sinch Brasil S.A., Total da composição do passivo diferido, Imposto de renda diferido ativo líquido.

Ver na nota explicativa 19 informações sobre impostos correntes. 11. Investimentos – (a) Controladora: As empresas do Grupo atuam em uma ou mais atividades nos segmentos de prestação de serviços em interatividade baseados em mensagens de texto e soluções em plataformas de comunicação. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, investimentos em controlada na seguinte proporção do capital social:

Table with 5 columns: Sinch Brasil S.A., Cycle-logic do Brasil Mobile Solutions Ltda, 3BRTECH Desenvolvimento de Websites e Softwares S/A, Participação em 2021 %, Participação em 2022 %, Composição do saldo em 31 de dezembro de 2021 por natureza: Investimento avaliado por equivalência patrimonial Ágio: Suportada em rentabilidade futura, Suportada em mais valia de ativos intangíveis, Total ágio antes de amortização, Amortização de mais valia de ativos, Total ágio após de amortização, Total do investimento em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado), Adição em combinação de negócio (ver nota explicativa 26), Amortização de mais valia de ativos, Resultado de equivalência patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

A alocação do preço de compra referente a ativos intangíveis identificáveis "mais valia" estava contabilizada na controladora como investimentos, sendo que em 2022 foi reclassificada para o intangível, devido à incorporação da Controlada mencionada na nota explicativa 26. Em 01 de maio de 2022, a controlada Sinch Brasil S.A. foi incorporada pela Sinch BR S.A. conforme detalhado em nota explicativa 26. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava a seguinte posição de investimento em controlada:

Table with 4 columns: Sinch Brasil S.A., Cycle-logic do Brasil Mobile Solutions Ltda, 3BRTECH Desenvolvimento de Websites e Softwares S/A, Participação em 2021 %, Participação em 2022 %, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições devido a incorporação de controlada (26b), Resultado de equivalência patrimonial, Amortização de mais valia de ativos – Jan'22, a Abr'22, transferência de mais valia por incorporação (13a), Saldo em 31 de dezembro de 2022.

O resultado de equivalência patrimonial das empresas 3BRTECH Desenvolvimento de Websites e Softwares S/A e Cyclelogic do Brasil Mobile Solutions Ltda. é referente ao período de maio a dezembro de 2022. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada: (a.1) Resumo das informações financeiras de empresa controlada

Table with 4 columns: Sinch Brasil S.A., Cyclelogic do Brasil Mobile Solutions Ltda, 3BRTECH Desenvolvimento de Websites e Softwares S/A, Ativos circulantes (\*), Ativos não circulantes, Total dos ativos, Passivos circulantes, Passivos não circulantes, Total dos passivos, Patrimônio líquido, Resultado do período de 1 de maio a 31 dezembro de 2022, (\*) Desto montante, R\$3.927 refere-se a saldo a receber de parte relacionada na Argentina.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Ativos de Direito de Uso e Arrendamento Edificações, Passivos de arrendamento Circulante, Não circulante.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/01/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal











## Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 67.203.208/0001-89 – NIRE 35.300.194.411

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2023, às 10 (dez) horas, na sede da **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055, 4º andar, sala 105-C, Itaim Bibi, CEP 04538-133. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista detentora de 100% das ações. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Leonardo de Mattos Galvão** que convidou a mim, Sr. **Alessandro Prado de Aquino**, para secretariar os trabalhos, tudo na forma prevista no Estatuto Social. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia para absorção de prejuízos, nos termos do Artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a redução do capital social da Companhia por jugá-lo excessivo em relação ao seu objeto, nos termos do Artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização para a Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para implementar o quanto deliberado sobre tal ordem do dia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, a única acionista tomou conhecimento e aprovou, sem ressalvas: (i) a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 246.294.842,75 (duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos), para absorção de prejuízos, nos termos do Artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 17.176.938,20 (dezesete milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte centavos), com restituição à acionista da Companhia do montante do capital reduzido, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, a ser pago nos termos do Anexo I à presente ata; (iii) tendo como resultado das reduções de capital social deliberadas acima, o capital social da Companhia passará de R\$ 346.196.674,91 (trezentos e quarenta e seis milhões cento e noventa e seis mil seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), para R\$ 82.724.893,96 (oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e três mil reais e noventa centavos), sem o cancelamento de ações; (iv) em razão das deliberações acima, a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** O capital social é de R\$ 82.724.893,96 (oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e três mil reais e noventa centavos), dividido em 132.222.514 (cento e trinta e duas milhões, duzentas e vinte e duas mil, quinhentas e catorze) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal." (v) Autorizar a Diretoria a adotar todas as providências necessárias para implementar o quanto deliberado acima. **6. Encerramento:** O Sr. Presidente ofereceu a palavra à acionista e, não tendo havido qualquer manifestação, foi suspensa a sessão para a lavratura da presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela acionista presente, pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário. **Mesa:** Leonardo de Mattos Galvão – Presidente; Alessandro Prado de Aquino – Secretário. **Acionista:** Mover Participações S.A. São Paulo, 10 de dezembro de 2023. Esta ata é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Mesa Dirigente:** Leonardo de Mattos Galvão – Presidente; Alessandro Prado de Aquino – Secretário.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/01/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

